



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MARIA GABRIELA CARDOSO DE SOUZA CARVALHO

**A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO COMÉRCIO NA FRONTEIRA FRANCO-
BRASILEIRA: A INSTALAÇÃO DE FREE SHOPS EM UMA ANÁLISE ECÔNOMICA
E DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Macapá
2025

MARIA GABRIELA CARDOSO DE SOUZA CARVALHO

**A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO COMÉRCIO NA FRONTEIRA FRANCO-
BRASILEIRA: A INSTALAÇÃO DE FREE SHOPS EM UMA ANÁLISE
ECÔNOMICA E DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso ao Colegiado de Relações Internacionais da Universidade Federal do Amapá como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Sabino da Silva Neto

Macapá
2025

MARIA GABRIELA CARDOSO DE SOUZA CARVALHO

**A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO COMÉRCIO NA FRONTEIRA FRANCO-
BRASILEIRA: A INSTALAÇÃO DE FREE SHOPS EM UMA ANÁLISE ECÔNOMICA
E DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso ao Colegiado de Relações Internacionais da Universidade Federal do Amapá como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Macapá, 20 de fevereiro de 2025

BANCA EXAMINADORA

Antonio Sabino da Silva Neto
Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC)
Professor da Universidade Federal do Amapá
(Orientador)

Letícia Talita Brazão Picanço
Mestra em História pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)
Professora da Universidade Federal do Amapá
(Avaliadora Titular)

Lincoln Narcelio Thomaz Noronha
Mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP)
Professor da Universidade Federal do Amapá
(Avaliador Titular)

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO COMÉRCIO NA FRONTEIRA FRANCO-BRASILEIRA: A INSTALAÇÃO DE FREE SHOPS EM UMA ANÁLISE ECONÔMICA E DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Maria Gabriela Carvalho¹

Resumo. Este artigo tem por objetivo analisar o impacto da implementação de Free Shops no município de Oiapoque, localizado na fronteira franco-brasileira, com ênfase em sua contribuição potencial para o desenvolvimento local. A pesquisa explora as especificidades econômicas, sociais e geográficas da região, avaliando como essas lojas podem transformar a dinâmica comercial fronteiriça e suas implicações no contexto da bioeconomia regional. A abordagem metodológica é fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental. A análise teórica é embasada em autores como Susan Strange, com foco na influência das estruturas econômicas globais sobre as políticas locais, Pierre Bourdieu, que contribui com as noções de capital social e simbólico, e Aníbal Quijano, que discute o impacto da colonialidade de poder nas práticas econômicas e sociais em regiões periféricas. Além disso, o estudo examina a legislação brasileira sobre Free Shops, a fim de compreender o arcabouço jurídico que regula essas lojas e sua aplicabilidade ao contexto amazônico.

Palavras-chave: Free Shops; Bioeconomia; Economia Política; Relações Internacionais; Desenvolvimento Regional.

Abstract. This article aims to analyze the impact of the implementation of Free Shops in the municipality of Oiapoque, located on the French-Brazilian border, with an emphasis on their potential contribution to local development. The research explores the economic, social and geographical specificities of the region, assessing how these stores can transform border commercial dynamics and their implications in the context of the regional bioeconomy. The methodological approach is based on a bibliographic review and documentary analysis. The theoretical analysis is based on authors such as Susan Strange, who focuses on the influence of global economic structures on local policies, Pierre Bourdieu, who contributes to the notions of social and symbolic capital, and Aníbal Quijano, who discusses the impact of the coloniality of power on economic and social practices in peripheral regions. In addition, the study examines Brazilian legislation on Free Shops in order to understand the legal framework that regulates these stores and their applicability to the Amazonian context.

Keywords: Free Shops; Bioeconomy; Political Economy; International Relations; Regional Development.

Introdução

¹ Acadêmica do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Email: gabscrvalho@gmail.com

Este trabalho tem como objetivo central analisar o impacto da implementação de Free Shops no município de Oiapoque, localizado na fronteira franco-brasileira, com foco em sua potencial contribuição para o desenvolvimento local, considerando as especificidades econômicas, sociais e geográficas da região. Busca-se compreender como as lojas francas podem transformar a dinâmica comercial fronteiriça, avaliando sua viabilidade e suas implicações no contexto da bioeconomia regional.

A metodologia adotada é de natureza qualitativa, com base em revisão bibliográfica e análise documental. Foram consultadas obras de referência na área de economia política internacional, como "States and Markets" de Susan Strange, que fundamenta a análise do papel das estruturas econômicas globais na definição de políticas locais, e os estudos de Pierre Bourdieu, especialmente no que se refere às noções de capital social e simbólico. Também utilizamos o conceito de colonialidade de poder de Aníbal Quijano, que permite entender como os legados coloniais influenciam as práticas econômicas e sociais da região fronteiriça. Além disso, a legislação vigente sobre Free Shops, como os decretos nº 6.759/2009 (PLANALTO, 2009) e nº 9.970/2019 (PLANALTO, 2019), foi analisada para compreender o arcabouço jurídico que rege essas lojas no Brasil.

O problema de pesquisa que norteia este estudo pode ser sintetizado na seguinte questão: A instalação de Free Shops no Oiapoque pode promover o desenvolvimento local, considerando a estrutura econômica existente, a demanda potencial e os desafios logísticos da região? Esta questão será investigada a partir da análise das condições locais, incluindo infraestrutura, poder de compra e demanda, bem como da articulação com os princípios da bioeconomia, apontada como uma alternativa viável para a dinamização da economia regional.

Esse estudo busca contribuir para o debate acadêmico e prático sobre o desenvolvimento de fronteiras terrestres no Brasil, oferecendo reflexões fundamentadas sobre o papel das lojas francas como instrumentos de integração econômica e social.

Dessa forma, analisando a fronteira entre Brasil e Guiana Francesa, materializada pelas cidades de Oiapoque e Saint-Georges de l'Oyapock, percebe-se que é um espaço de interação e tensão, marcado por assimetrias econômicas e sociais que refletem dinâmicas históricas e estruturais. Inserida na dinâmica da

Economia Política Internacional (EPI), essa região representa um ponto de convergência entre sistemas políticos e econômicos distintos: o brasileiro, com suas características de economia emergente e infraestrutura precária, e o francês, refletido na Guiana Francesa, enquanto região ultramarina altamente dependente de subsídios do governo central. Dessa forma, esse cenário apresenta desafios e oportunidades às relações transfronteiriças, especialmente com a abertura de Free Shops no Oiapoque.

A institucionalização das Free Shops, ou lojas francas, são estabelecimentos comerciais que operam com isenção de tributos, permitindo a venda de produtos nacionais e estrangeiros em zonas específicas, como aeroportos, fronteiras terrestres e marítimas (CONGRESSO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS, 2012). Esses espaços são destinados a atender viajantes ou turistas em trânsito, oferecendo mercadorias com preços reduzidos devido à isenção de impostos. No Brasil, o funcionamento dos Free Shops é regulamentado principalmente pelo Decreto nº 6.759/2009, que define as operações de comércio exterior e autoriza a instalação de lojas francas em áreas alfandegadas e nas fronteiras terrestres. Outra legislação fundamental é o Decreto nº 9.970/2019 (PLANALTO, 2009), que regulamenta as lojas francas em cidades gêmeas de fronteira terrestre, como o Oiapoque, estabelecendo um limite de compra de US\$ 500 por pessoa, por mês. A Portaria RFB nº 1.059/2019 (RECEITA FEDERAL, 2019) complementa esses dispositivos, detalhando os procedimentos administrativos para registro, controle e fiscalização dessas lojas.

As Free Shops podem ser classificados em duas categorias principais: os localizados em áreas de embarque internacional, como aeroportos e portos, e os situados em zonas fronteiriças autorizadas, como o Oiapoque. Os Free Shops internacionais atendem exclusivamente passageiros que transitam entre países, enquanto os de fronteiras terrestres são voltados tanto para os habitantes locais quanto para turistas que cruzam a fronteira. Há diferenças entre essas categorias. Em áreas internacionais, não existe um limite mensal de compras, apenas restrições por viagem, como a cota de US\$ 1000 para passageiros que retornam ao Brasil pelo transporte aéreo ou marítimo (RECEITA FEDERAL, 2019). Em contrapartida, nas zonas fronteiriças terrestres, há um limite mensal de compras de US\$ 500 por pessoa, controlado pelo CPF do consumidor (RECEITA FEDERAL, 2019).

Os produtos disponíveis nos Free Shops internacionais incluem itens importados, como bebidas, perfumes, cosméticos e eletrônicos, enquanto os das fronteiras terrestres oferecem uma seleção semelhante, porém com maior presença de itens nacionais. Além disso, é proibido o comércio de produtos como ouro, armas e outros itens de controle especial. Quanto à tributação, os Free Shops internacionais operam com isenção total de impostos, enquanto nas zonas terrestres a isenção abrange tributos como IPI, PIS, COFINS e ICMS, o que exige um controle mais rigoroso sobre o tipo e a quantidade de mercadorias comercializadas (RECEITA FEDERAL, 2019).

Essas regulamentações mostram como os Free Shops podem impulsionar o comércio em áreas fronteiriças, criando uma alternativa econômica para os municípios envolvidos. No caso do Oiapoque, a instalação de uma loja franca pode contribuir para a dinamização da economia local e para o fortalecimento das relações comerciais na fronteira franco-brasileira, desde que respeitadas as normas legais e as características específicas desse mercado. No entanto, no contexto do Oiapoque, os impactos dessa iniciativa precisam ser analisados com maior profundidade. Segundo dados da Receita Federal e estudos sobre economias fronteiriças (BASE LEGISLAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2012; MOURA, 2021), a implementação desses estabelecimentos tem gerado expectativas quanto ao aumento do fluxo de turistas e da circulação de mercadorias. Contudo, questões relacionadas à infraestrutura local, regulações comerciais e assimetrias de poder desafiam a efetividade dessa política como ferramenta de desenvolvimento.

Ao analisar o fenômeno dos Free Shops em Oiapoque sob a perspectiva da Economia Política Internacional (EPI), e especialmente sob a ótica da obra de Susan Strange, diversos elementos podem ser identificados como moldadores do cenário local, levando em consideração a realidade de pobreza e desigualdade social presentes na região amazônica. A implementação das Free Shops não é um processo neutro, mas resultado de negociações e disputas entre diversos atores, tanto nacionais quanto internacionais, possuem interesses divergentes e exercem diferentes níveis de poder, muitas vezes em detrimento das populações mais vulneráveis.

Outrossim, a bioeconomia oferece uma oportunidade singular para o desenvolvimento de fronteiras amazônicas, como o Oiapoque, ao integrar práticas

econômicas sustentáveis com a valorização da biodiversidade e da cultura local. Do ponto de vista das estruturas sociais, Pierre Bourdieu nos convida a considerar como o capital simbólico presente na região — ligado à biodiversidade e ao saber tradicional das comunidades — pode ser convertido em valor econômico e cultural, gerando reconhecimento e legitimidade para os atores locais. Ao mesmo tempo, a perspectiva crítica de Aníbal Quijano ressalta a importância de superar as dinâmicas históricas de colonialidade e dependência, promovendo modelos econômicos que empoderem as populações periféricas.

Nesse contexto, políticas públicas que incentivem a bioeconomia podem atuar como instrumentos de transformação social e econômica. Incentivos fiscais, APLs (Arranjos Produtivos Locais) voltados para cadeias produtivas amazônicas e investimentos em capacitação das comunidades para o manejo sustentável de recursos naturais são exemplos de ações que podem fortalecer a autonomia local. Em Oiapoque, a exploração de recursos como óleos essenciais, alimentos funcionais e biofármacos pode transformar o capital simbólico em capital econômico, gerando emprego e renda sem desrespeitar as especificidades ambientais e culturais da região. Ao integrar saberes tradicionais e avanços tecnológicos, a bioeconomia se apresenta como um modelo de desenvolvimento alinhado às demandas da Amazônia, rompendo com as estruturas de dependência e estabelecendo um caminho para o reconhecimento e valorização das fronteiras amazônicas em uma economia globalizada.

Portanto, esta pesquisa se propõe a analisar, sob a perspectiva da Economia Política Internacional, como a abertura de Free Shops no Oiapoque impacta a economia local e regional, ao mesmo tempo em que investiga a viabilidade da bioeconomia como uma alternativa mais equitativa e sustentável. Além de responder ao problema de pesquisa, este trabalho busca contribuir para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e alinhadas às especificidades da região, considerando suas dinâmicas transfronteiriças e potencialidades locais.

Contexto Histórico e econômico

O município de Oiapoque, localizado no extremo norte do estado do Amapá, apresenta uma formação histórica marcada por disputas territoriais, interações

transfronteiriças e processos de construção social e econômica moldados por sua posição estratégica (IBGE, 2023). A delimitação da fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa foi oficializada pelo Tratado de Utrecht, assinado em 1713, que estabeleceu o Rio Oiapoque como marco territorial entre as duas regiões (GRANGER, 2009). Essa demarcação consolidou o papel do Oiapoque como uma zona de contato, influenciada pelas dinâmicas coloniais e pela geopolítica internacional (IBGE, 2023).

O papel histórico do Oiapoque enquanto área de disputa entre França e Brasil ficou evidente no contexto do "Contestado Franco-Brasileiro", ocorrido no final do século XIX (GRANGER, 2009). A região, considerada estratégica devido à sua proximidade com o oceano Atlântico e à sua riqueza em recursos naturais, foi alvo de conflitos políticos e diplomáticos (GRANGER, 2009). A consolidação da soberania brasileira na área foi fundamental para estabelecer as bases administrativas e territoriais do município, marcadas pela construção de estruturas como o Monumento Marco Zero e a Colônia Militar de Clevelândia do Norte, ambos criados para reforçar a presença estatal na fronteira (MOURA, 2021).

Figura 1 - Monumento histórico em Clevelândia do Norte.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.

Geograficamente, o Oiapoque está situado em uma área de transição entre o bioma amazônico e o ambiente costeiro, o município abrange uma localização

fronteiriça que conecta diretamente às cidades de Oiapoque, no Brasil, e Saint-Georges-de-l'Oyapock, na Guiana Francesa, ambas interligadas pela Ponte Binacional inaugurada em 2017, estrutura que materializou uma ligação física que por décadas foi simbolizada apenas por fluxos de embarcações (SILVA; GRANGER, 2019).

Os dados socioeconômicos de Oiapoque, revelam uma série de desafios estruturais que impactam diretamente o desenvolvimento local. Em 2021, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita do município foi de R\$ 18.536,44, posicionando-o na 6ª posição entre os 16 municípios do estado e na 3.319ª posição entre os 5.570 municípios brasileiros (IBGE, 2023)

Embora esse valor represente uma medida da produção econômica por habitante, é importante considerar a distribuição dessa riqueza e como ela se reflete na qualidade de vida da população.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Oiapoque, registrado em 2010, foi de 0,658, classificando-o como de desenvolvimento humano médio (IBGE, 2023). Esse índice, que abrange dimensões de educação, longevidade e renda, indica que, apesar de um PIB per capita relativamente significativo, há lacunas consideráveis em áreas essenciais para o bem-estar da população.

Já em 2022, o total de receitas brutas realizadas pelo município alcançou R\$ 100.581.947,05, enquanto as despesas brutas empenhadas somaram R\$ 110.579.279,00 (IBGE, 2023). Notavelmente, 84,12% das receitas municipais provinham de fontes externas, colocando Oiapoque na 1ª posição tanto no estado quanto no país em termos de dependência de recursos externos (IBGE, 2023). Essa dependência sugere uma economia local fragilizada, com limitada capacidade de geração de receitas próprias, podendo restringir a autonomia financeira e a implementação de políticas públicas eficazes.

O mercado de trabalho formal em Oiapoque também apresenta características que merecem atenção. Em 2022, o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 1,9 salários mínimos, em contrapartida, o salário médio mensal dos trabalhadores formais de Macapá/ Ap, a capital do estado, é de 3,8 salários mínimos (IBGE, 2023). Segundo o Governo do Amapá, 2020, a economia local também é influenciada por atividades tradicionais, como pesca e agricultura de subsistência, além de práticas comerciais baseadas na circulação de bens e pessoas entre os dois países e diversas comunidades.

Apesar dos dados oficiais divulgados, o Oiapoque é caracterizado historicamente pelo comércio informal, sendo um dos principais pilares da economia local (SILVA NETO, 2023). Devido à proximidade com a Guiana Francesa, a região sempre experimentou um grande fluxo de bens e serviços informais, impulsionado por práticas transfronteiriças. Produtos como vestuário, alimentos e itens de conveniência circulam entre os dois países, muitas vezes fora de estruturas regulatórias formais. No âmbito Legal, a inauguração da Ponte Binacional, que conecta o município à Guiana Francesa, os benefícios econômicos esperados ainda enfrentam obstáculos, como barreiras regulatórias, diferenças nas exigências alfandegárias e a falta de políticas coordenadas entre os dois países, que dificultam a plena integração do comércio transfronteiriço. Por outro lado, o isolamento geográfico do município dentro do próprio Brasil reforça uma sensação de marginalização econômica, prejudicando tanto a atração de investimentos quanto o acesso a mercados mais amplos (RODRIGUES, 2019). O único meio de circulação e conexão entre o Oiapoque e os demais municípios do Amapá, é pela BR-156. Suas condições são frequentemente descritas como inadequadas, especialmente durante o período de chuvas, quando o tráfego é severamente prejudicado.

O Oiapoque na Economia Política Internacional e Comércio Internacional

Escolhendo a lente da Economia Política Internacional (EPI), uma abordagem teórica que busca compreender as interações entre economia e política no cenário global, enfatizando as dinâmicas de poder que moldam os sistemas econômicos e comerciais, Susan Strange, destaca que a análise da EPI se concentra em quatro estruturas fundamentais: segurança, produção, finanças e conhecimento, que são interdependentes e determinam o equilíbrio de poder entre estados e atores não estatais no sistema internacional (STRANGE, 1988).

A análise da relação entre o Oiapoque e a Guiana Francesa no contexto das Free Shops, inserida na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), mostra as limitações e contradições de aplicar modelos de desenvolvimento econômico baseados na institucionalização do comércio em zonas fronteiriças, apesar de ser inspirada em políticas aplicadas com sucesso em outros contextos globais, como as Free Zones de Colón, no Panamá, e as Duty-Free shops no Paraguai.

Em Colón, por exemplo, o modelo Duty-Free está inserido em um contexto geográfico estratégico, conectando a América do Norte e do Sul por meio do Canal do Panamá (DAMAS, 2001). A localização garante acesso a mercados globais e uma infraestrutura, com portos modernos, estradas pavimentadas e uma economia diversificada que sustenta o fluxo de mercadorias (BRITO E FERNANDES, 2019). Em contraste, o Oiapoque enfrenta graves desafios de infraestrutura e conectividade. Além disso, o comércio em Colón ou Ciudad del Este, no Paraguai, possui marcos regulatórios claros e acordos comerciais bilaterais que fomentam um comércio mais formalizado e com impactos positivos na economia local (BARRETO E YAMOTO, 2013). No caso paraguaio, a proximidade com Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú cria uma tríplice fronteira que fortalece o fluxo de bens e serviços, com benefícios compartilhados entre os países (BARRETO E YAMOTO, 2013). No Oiapoque, no entanto, a dependência do euro e a troca informal de bens com Saint-Georges perpetuam um ciclo de ilegalidade e fragilidade econômica que dificulta a institucionalização do comércio.

Ao avaliar a PNDR, percebe-se que sua premissa de redução de desigualdades regionais e promoção da integração econômica enfrenta desafios em contextos amazônicos. A tentativa de implementar um modelo de desenvolvimento baseado na circulação de bens e no consumo em zonas de Free Shops não converge com as características sociais e econômicas da região. Como argumenta Strange (1988), as políticas globais de comércio frequentemente negligenciam as particularidades locais, impondo modelos que refletem interesses externos. É nesse ponto que as dimensões da Economia Política Internacional (EPI), propostas por Susan Strange, ajudam a compreender os impactos dessas iniciativas.

A questão da ilegalidade no Oiapoque é um desafio estrutural que não será resolvido pela simples implementação de Free Shops, mas sim por políticas públicas integradas que enfrentem as causas dessa problemática, como a falta de oportunidades econômicas formais e a ausência de infraestrutura adequada. Nesse sentido, mesmo com a isenção de impostos nas Free Shops, é improvável que os moradores locais tenham acesso a produtos de luxo devido ao alto custo atrelado à conversão cambial, que mantém esses itens inacessíveis para a maioria da população local.

Além disso, se o foco das Free Shops for o turismo, é importante refletir sobre como essa atividade será fomentada, considerando a precariedade da infraestrutura

regional. A BR-156, principal via de acesso ao Oiapoque, está em condições inadequadas, especialmente durante a estação chuvosa, quando os atoleiros tornam o trajeto praticamente intransitável. Essa limitação compromete o fluxo de visitantes vindos de outros municípios do Amapá, restringindo o potencial turístico que as Free Shops poderiam alavancar.

Por outro lado, as Free Shops podem representar um avanço no sentido da institucionalização do comércio fronteiriço para os turistas da Guiana Francesa, que possuem maior poder de compra devido ao Euro e facilidade de acesso devido à Ponte Binacional Franco-Brasileira.

Ao dialogar com as estruturas de poder de Susan Strange, podemos observar que as Free Shops no Oiapoque se inserem em um cenário em que o poder estrutural desempenha um papel fundamental. No contexto das Free Shops, o poder de produção e o poder financeiro são os mais evidentes. A criação dessas lojas é um reflexo direto das dinâmicas globais de consumo e comércio, influenciadas por políticas econômicas que visam atrair fluxos de capital e fomentar o turismo transfronteiriço.

As Free Shops, contudo, operam dentro de um sistema em que as regras são definidas por atores externos ao Oiapoque, como o governo federal e o mercado internacional. Isso demonstra a hierarquia no poder estrutural: enquanto a Guiana Francesa possui um público consumidor com maior poder aquisitivo e facilidade de acesso, os moradores do Oiapoque enfrentam barreiras econômicas que os excluem de participar plenamente desse mercado. Essa exclusão reflete a ideia de Strange de que o poder estrutural molda as oportunidades de diferentes grupos, criando desigualdades que não são meramente econômicas, mas também políticas e sociais.

Dessa forma, o Fórum Internacional de Turismo do Iguassu, em 2018, indicou que, embora essas lojas possam trazer novas perspectivas de crescimento econômico, o ambiente ainda é repleto de incertezas.

No caso específico de Oiapoque, na fronteira com a Guiana Francesa, a implementação de Free Shops é vista como uma estratégia para impulsionar o desenvolvimento local. Contudo, experiências em outras regiões sugerem que os resultados podem variar. Por exemplo, em cidades da fronteira com o Uruguai, como Santana do Livramento, os Free Shops enfrentam desafios relacionados à competitividade e à flutuação cambial, que afetam diretamente as vendas (JORNAL

DO COMÉRCIO, 2024).

Além disso, a presença de Free Shops pode influenciar as formas de capital na região, conforme discutido por Pierre Bourdieu. O capital simbólico associado a essas lojas, frequentemente vinculado à ideia de modernidade e desenvolvimento, pode moldar a percepção de poder local. No entanto, sem uma distribuição equitativa dos capitais econômico, social e cultural, os benefícios tendem a se concentrar em grupos específicos.

Reflexões Sobre as Free Shops Existentes e a Perspectiva do Oiapoque

As Free Shops já existentes em cidades gêmeas ao longo da fronteira Brasil-Uruguaí oferecem um modelo útil para compreender os potenciais impactos econômicos e sociais desse modelo de comércio em outras localidades fronteiriças, como o Oiapoque. Müller (2017) destaca o turismo de compras em Santana do Livramento/Rivera como um exemplo de sucesso, caracterizado pelo alto fluxo de turistas, estrutura comercial bem planejada e benefícios econômicos para a região. No entanto, essas condições favoráveis não podem ser automaticamente replicadas, especialmente em contextos geograficamente, culturalmente e economicamente distintos, como o do extremo norte do Brasil.

Enquanto Santana do Livramento e Rivera se beneficiam de uma malha viária desenvolvida e de fácil acesso ao público consumidor brasileiro (MULLER, 2017), o Oiapoque enfrenta limitações. Apesar do esforço do governo estadual e de iniciativas como a pesquisa de mercado realizada pelo Sebrae em 2024, a infraestrutura e a conectividade permanecem limitadas. Além disso, a regulamentação das Free Shops, aprovada desde 2012, foi implementada de forma lenta, destacando uma desconexão entre o planejamento estratégico e a execução prática.

Em 2019, por exemplo, o governo do estado ressaltou a importância da localização geográfica estratégica de Oiapoque e manifestou apoio ao desenvolvimento econômico local por meio da implantação de lojas francas (AGÊNCIA AMAPÁ, 2019). Na época, a diretora da Agência de Desenvolvimento Econômico destacou que a instalação dessas lojas poderia atrair consumidores da Guiana Francesa e estimular o comércio bilateral. Em 2023, essa narrativa foi reforçada, com o governo estadual apontou as Free Shops como parte de um

programa de governo para geração de renda e emprego (DIÁRIO DO AMAPÁ, 2023). Contudo, ainda não há um exemplo concreto do impacto econômico local, o que reforça a necessidade de um planejamento mais integrado e uma avaliação realista das condições locais.

Ao considerar as dimensões culturais e sociais, Müller (2017) também nos alerta para o impacto das Free Shops na organização social e nas relações de consumo. Em Santana do Livramento/Rivera, o turismo de compras também é realizado em grupos familiares ou sociais, criando um ecossistema de consumo colaborativo e previsível.

Em contrapartida, as caravanas de turismo de compras realizadas em Rivera, conforme descrito por Müller (2017), exemplificam como uma infraestrutura adequada pode viabilizar o turismo de compras e estimular a economia local. Nessas caravanas, ônibus e vans chegam de diferentes cidades do Rio Grande do Sul e até de outros estados brasileiros, transportando grupos organizados para aproveitar os benefícios das Free Shops. A infraestrutura de transporte bem estabelecida e a pavimentação das estradas garantem a fluidez do fluxo de turistas e mercadorias, maximizando o potencial comercial da região.

No entanto, a realidade de Oiapoque e do estado do Amapá apresenta um grande contraste. A falta de pavimentação em grande parte da BR-156 não apenas dificulta a circulação dentro do estado, como também mantém o Amapá isolado da malha viária nacional, como destacou o G1 Amapá, em 2024. Para chegar ao estado do Amapá, é necessário recorrer ao transporte aéreo ou transporte fluvial sob passagens caras, o que desestimula o turismo e o desenvolvimento de caravanas comerciais semelhantes às de Rivera.

A assinatura das ordens de serviço para pavimentação de 116 quilômetros da BR-156 pelo ministro dos Transportes, em 2024, representa um passo importante, mas ainda insuficiente para integrar o Oiapoque ao restante do Estado. E nessa perspectiva crítica, Aníbal Quijano (2000) contribui para refletir sobre as relações econômicas e sociais em territórios periféricos como o Oiapoque, que são moldadas por estruturas históricas de colonialidade e dependência, perpetuando desigualdades e desafios estruturais. A BR-156, iniciada há 92 anos, simboliza essa herança ao se tornar a obra rodoviária mais antiga do Brasil sem conclusão. Essa longa duração expõe não apenas a precariedade institucional, mas também a ausência de uma governança capaz de priorizar obras estruturantes que promovam

integração regional. Embora a instalação de Free Shops em Oiapoque seja uma iniciativa para dinamizar a economia local, ela sozinha não é suficiente. É imprescindível avançar em infraestrutura e diversificar estratégias econômicas para criar um ambiente que verdadeiramente integre o Oiapoque ao Amapá, e ao restante do Brasil, promovendo autonomia e prosperidade na região.

Figura 2 - Transporte universitário da UNIFAP em atoleiro na BR-156.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022

Ao integrar o capital simbólico de Pierre Bourdieu, podemos entender como as Free Shops também atuam como espaços que reforçam dinâmicas de poder e distinção social. O capital simbólico, que se manifesta por meio do reconhecimento e do prestígio, é visível no caráter aspiracional dos produtos vendidos nas Free Shops, como itens de luxo. Esses produtos simbolizam status e poder, mas permanecem inacessíveis para a maioria dos moradores locais devido ao alto custo e à falta de renda disponível. Assim, o consumo nesses espaços se torna um marcador de distinção entre os turistas da Guiana Francesa e a população local, acentuando as desigualdades existentes.

Além disso, o capital simbólico se manifesta na própria institucionalização das Free Shops. Sua criação reforça a narrativa de progresso associada ao comércio internacional, enquanto a precariedade da infraestrutura local, como a BR-156, revela as contradições desse progresso. A ausência de investimentos estruturais no

Oiapoque questiona a quem esse "desenvolvimento" realmente beneficia. Para os moradores, a inserção de Free Shops pode parecer uma validação simbólica do potencial econômico da região, mas, na prática, ela não altera significativamente suas condições de vida.

Esses fatores indicam que, para que as Free Shops no Oiapoque sejam efetivamente uma ferramenta de desenvolvimento, é necessário um alinhamento entre as promessas governamentais e as realidades locais. Isso inclui desde melhorias na infraestrutura até o fortalecimento de programas de capacitação, bem como a integração das Free Shops com as dinâmicas econômicas e culturais regionais. O capital simbólico associado a essas lojas, mencionado nas declarações oficiais, só será relevante se traduzido em benefícios concretos para a comunidade local.

Silva, 2005, aponta que o desenvolvimento sustentável das regiões fronteiriças exige mais do que medidas econômicas pontuais; ele requer a institucionalização de políticas de longo prazo e a construção de redes de cooperação multilaterais. Assim, pensar o Oiapoque sob a ótica da EPI exige a criação de políticas que conectem o local ao global, utilizando a integração transfronteiriça como um meio de inserir a região em fluxos econômicos mais amplos e sustentáveis.

O Papel da Bioeconomia como Alternativa

A bioeconomia surge como uma possibilidade estratégica para mitigar os impactos da informalidade comercial, criando alternativas econômicas sustentáveis e alinhadas às especificidades locais. A bioeconomia, entendida como o uso de recursos biológicos renováveis para a produção de alimentos, energia e insumos industriais (CARAMÊS; TEXEIRA E FERREIRA, 2020), tem o potencial de transformar as dinâmicas econômicas da região, ao mesmo tempo em que promove a conservação ambiental e a valorização das culturas tradicionais.

A bioeconomia, nesse contexto, atua como um contrapeso, diversificando a economia e reduzindo a dependência de um único modelo de crescimento.

No Oiapoque, iniciativas de bioeconomia inclui o desenvolvimento de cadeias produtivas sustentáveis voltadas para a investigação de produtos da biodiversidade amazônica, como óleos essenciais, cosméticos naturais e alimentos funcionais. Tais

iniciativas não apenas impulsionariam a economia local, mas também fortalece a identidade cultural e estimular práticas de manejo sustentável, criando uma economia que interage de maneira menos predatória com o ambiente natural.

A integração da bioeconomia em Oiapoque depende de políticas públicas que incentivassem o empreendedorismo local, capacitassem produtores e investissem em infraestrutura tecnológica. Além disso, é fundamental a construção de parcerias entre setores públicos e privados para conectar os produtos regionais aos mercados nacionais e internacionais.

Um exemplo de bioeconomia bem-sucedida pode ser observado na região do Grão-Pará, localizada no estado do Pará, Brasil. Nessa área, iniciativas que valorizam a biodiversidade e os saberes tradicionais têm gerado resultados tanto para o fortalecimento econômico local quanto para a proteção ambiental. O Grão-Pará se destaca pelo uso sustentável de produtos da floresta – como óleos essenciais, cacau, castanha-do-pará e açaí – e pelo desenvolvimento de tecnologias para a produção de alimentos funcionais e cosméticos naturais (SILVA; OLIVEIRA; PEREIRA, 2017). Esses produtos, oriundos de práticas agroflorestais sustentáveis, incrementam a economia regional com alto valor agregado. A cooperação entre pequenos produtores, empresas locais e organizações não governamentais tem sido um elemento fundamental para o sucesso desse modelo, viabilizando a criação de canais de comercialização que promovem o uso responsável dos recursos florestais e distribuem os benefícios econômicos de forma mais ampla. Além disso, o modelo conta com o respaldo de políticas públicas que incentivam práticas agrícolas sustentáveis e oferecem incentivos fiscais para o estabelecimento e crescimento de startups no setor, contribuindo para uma trajetória de desenvolvimento mais autônoma e sustentável (SILVA; OLIVEIRA; PEREIRA, 2017).

Assim, ao equilibrar o impacto econômico dos Free Shops com as oportunidades geradas pela bioeconomia, Oiapoque torna-se um modelo de integração entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade, demonstrando que alternativas inovadoras podem ser mais resilientes e inclusivas a longo prazo.

O modelo de desenvolvimento das Free Shops e o potencial da bioeconomia no Oiapoque representam abordagens distintas para promover o crescimento econômico e social na região. Essas alternativas possuem implicações variadas em termos de sustentabilidade, autonomia e impacto local.

As Free Shops baseiam-se em um modelo de consumo que atrai turistas por

meio de preços competitivos, viabilizados pela isenção de impostos. Esse formato traz benefícios econômicos imediatos, como o aumento do fluxo turístico, a geração de empregos no comércio local e a elevação da arrecadação municipal. Entretanto, o modelo apresenta limitações. A economia local se torna dependente de fatores externos, como a cotação cambial, a intensidade do fluxo de turistas e possíveis alterações nas políticas tributárias, conforme apontam os estudos recentes (CNM, 2023; FURG, 2023.)

Já bioeconomia contribui para a criação de valor local, já que os produtos derivados dos recursos naturais regionais podem ser processados e comercializados, fortalecendo diretamente a economia da região (BRITO, 2019). Além disso, o uso responsável da biodiversidade fomenta a preservação ambiental e reduz os impactos ecológicos negativos (PARNA DO CABO ORANGE, 2023).

Enquanto o modelo das Free Shops apresenta vantagens econômicas de curto prazo, ele é limitado em termos de sustentabilidade e autonomia. A bioeconomia, por sua vez, oferece um caminho com maior potencial econômico da região, destacando-se como uma estratégia de desenvolvimento integrada e de longo prazo para Oiapoque.

Tabela 1: Aspectos Free Shops x Bioeconomia

Aspectos	Free Shops	Bioeconomia
Foco Econômico	Comércio varejista de produtos importados	Produção sustentável e inovação tecnológica
Sustentabilidade	Limitada, com impactos ambientais indiretos	Alta, com uso responsável da biodiversidade
Autonomia Local	Baixa, dependente de turistas e importações	Alta, prioriza recursos e conhecimento local
Geração de Empregos	Setor de serviços e turismo	Agricultura, extrativismo e indústria local

Impacto Social	Restrito às áreas de comércio	Ampliação para comunidades rurais e periféricas
-----------------------	-------------------------------	---

Para que isso aconteça, é necessário romper com a lógica colonial de planejamento centralizado e integrar as comunidades locais no processo de elaboração e implementação das políticas públicas. O apagamento de questões coloniais no discurso oficial sobre bioeconomia acaba por reforçar uma visão limitada que desconsidera a importância de adaptação às realidades locais. Assim, os editais e programas precisam ser desenhados de forma descentralizada, valorizando o conhecimento tradicional e promovendo a autonomia das comunidades do Oiapoque e outros municípios do Amapá.

Conclusão

Ao longo deste trabalho, foi analisada a implementação e o impacto dos Free Shops em Oiapoque à luz da Economia Política Internacional (EPI) de Susan Strange e das teorias críticas de Pierre Bourdieu e Aníbal Quijano, com um foco particular nas dinâmicas de poder e nas desigualdades estruturais que moldam a região amazônica.

Primeiramente, foi possível observar que a inserção dos Free shops no comércio transfronteiriço de Oiapoque não é um fenômeno neutro. Ao contrário, ela reflete uma disputa complexa entre diversos atores, incluindo o Estado brasileiro, instituições internacionais e as comunidades locais. A economia globalizada e as cadeias globais de valor, características de um sistema neoliberal, têm implicações diretas para a região, expondo as disparidades de poder entre os países centrais e periféricos, com as grandes corporações e as economias mais desenvolvidas controlando maior parte dos recursos e das decisões.

Outrossim, a Economia Política Internacional de Susan Strange, ofereceu uma base analítica para compreender essas dinâmicas, destacando como o poder econômico, político e ideológico se distribui globalmente e influencia os atores locais. Dessa forma, os Free Shops não são apenas um reflexo do comércio transfronteiriço, mas também uma manifestação das tensões de poder que envolvem a subordinação das economias locais às necessidades e interesses das potências

globais.

Além disso, as teorias de Bourdieu e Quijano enriqueceram a análise, permitindo compreender as desigualdades de capital social, cultural e econômico que estruturam o cenário local. Bourdieu, com seu conceito de *habitus*, revela como as práticas e percepções da população local, muitas vezes marginalizada e com poucos recursos, são condicionadas por um contexto de desigualdade histórica e social. Já Quijano, ao tratar das noções de colonialidade do poder, destacou como as relações de subordinação entre os países periféricos e centrais continuam a moldar as possibilidades de desenvolvimento e as oportunidades econômicas nas regiões periféricas, como o Oiapoque.

Em reflexão final, a institucionalização do comércio via Free Shops em Oiapoque, embora represente uma oportunidade de integração ao mercado global, reforça as assimetrias de poder e os desafios da região em se beneficiar plenamente das vantagens econômicas globais. A dependência de grandes corporações e a distribuição desigual dos lucros gerados pelo comércio transfronteiriço reforçam a posição periférica da região amazônica, perpetuando a pobreza e a exclusão social.

Como proposta para mitigar essas desigualdades e promover um desenvolvimento mais sustentável e inclusivo, a integração da bioeconomia se apresenta como uma alternativa estratégica. A bioeconomia, com seu foco em recursos renováveis e soluções sustentáveis, poderia ser um vetor para o desenvolvimento regional do Oiapoque, proporcionando novas oportunidades econômicas, sem comprometer a preservação ambiental. Incentivar a produção e comercialização de produtos bioeconômicos, como os derivados de plantas nativas e de produtos florestais sustentáveis, pode gerar emprego e renda local, ao mesmo tempo que contribui para a conservação da biodiversidade amazônica. Dessa forma, a bioeconomia não só se alinha com uma visão de desenvolvimento mais sustentável, como também promove uma abordagem inclusiva, fortalecendo a autonomia da região e criando formas de inserção no mercado global que não dependam exclusivamente das grandes corporações.

Essa abordagem oferece uma possibilidade de futuro para Oiapoque que não apenas diversifica sua economia, mas também contribui para uma maior justiça social e ambiental, enfrentando as desigualdades estruturais presentes na região.

REFERÊNCIAS

ARAMÊS, A. S.; TEIXEIRA, L. G.; FERREIRA, R. M. Bioeconomia: Desafios e Oportunidades na Amazônia Brasileira. *Revista de Desenvolvimento Sustentável*, v. 8, n. 1, 2020.

BARRETO, H.; YAMAMOTO, C. O Comércio de Fronteira no Paraguai: Implicações Econômicas e Legais. *Revista Econômica Regional*, v. 9, n. 2, 2013.

BASE LEGISLAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 12.723, de 09 de outubro de 2012. Presidencia.gov.br. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=12723&ano=2012&ato=660gXTq1kMVPWT59d>. Acesso em: 5 jul. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009**. Regulamento Aduaneiro. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 13 fev. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 9.970, de 14 de agosto de 2019**. Regulamenta as lojas francas em fronteiras terrestres. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 13 fev. 2025.

BRITO, L.; FERNANDES, G. Logística e Infraestrutura na Amazônia: Desafios para o Desenvolvimento. *Revista de Economia Aplicada*, v. 15, n. 4, 2019.

CARAMÊLO, C. As Regiões Ultraperiféricas da Europa: A Construção de Prioridades e as Indicações de Políticas Públicas para o Uso do Território. In: *Revista de Estudos Europeus*. Coimbra: Edições Universitárias, 2007.

CENSON, D. Cidade de fronteira: a promessa de abertura dos free-shops brasileiros e as ações públicas nesse processo. *40º Encontro Anual da Anpocs*, Caxambu, ST 23 - Pensar a cidade no Brasil: limitações, potencialidades e perspectivas, 2016.

CENTRO DE OIAPOQUE. Ap.gov.br. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/conheca/oiapoque>. Acesso em: 18 maio 2023.

Colon Duty Free Shopping Tour.” *Tripadvisor*, 2025, [www.tripadvisor.com/AttractionProductReview-g294480-d21193353-](https://www.tripadvisor.com/AttractionProductReview-g294480-d21193353-Colon_Duty_Free_Shopping_Tour-Panama_City_Panama_Province.html)

Colon_Duty_Free_Shopping_Tour-Panama_City_Panama_Province.html. Accessed 28 Dez. 2024.

COMISSÃO EUROPEIA. *A Sustainable Bioeconomy for Europe*. Luxemburgo: Publications Office of the European Union, 2018.

DAMAS, L. A. *Free Zones in the Americas and Their Role in Trade and Development*. Washington, D.C.: Economic Development Press, 2001.

Figura 1 - Monumento histórico em Clevelândia do Norte, vila militar no Oiapoque. Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.

Figura 2 - Transporte universitário da UNIFAP enfrentando as condições precárias da BR-156. Fonte: Acervo pessoal da autora, 2022.

G1 AMAPÁ. Governo Federal inicia pavimentação de 116 quilômetros da BR-156 no Amapá. Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 20 jan. 2025.

GOVERNO PROMETE ENTREGAR DUTY FREE AO MUNICÍPIO DE OIAPOQUE. Diário do Amapá. Disponível em: <https://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/politica/governo-promete-entregar-duty-free-ao-municipio-de-oiapoque/>. Acesso em: 19 mar. 2023.

GOVERNO DO AMAPÁ. Abertura da Ponte Binacional vai permitir novas rotas econômicas e turísticas. Ap.gov.br. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/1703/abertura-da-ponte-binacional-vai-permitir-novas-rotas-economicas-e-turisticas>. Acesso em: 19 maio 2023.

GRANGER, Stéphane. O Contestado Franco-Brasileiro: desafios e consequências de um conflito esquecido entre França e Brasil na Amazônia. *Outre-Mers*, Paris, p. 157-177, 2011.

IBGE. Brasil: 500 anos de povoamento - Território brasileiro e povoamento: território legalizado - os tratados. Ibge.gov.br. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/construcao-do-territorio/territorio-legalizado-os-tratados.html>. Acesso em: 22 maio 2023.

LOJA FRANCA (FREE SHOP) - CURSO DE COMÉRCIO EXTERIOR - FURG. Furg.br. Disponível em: <https://comercioexternor.furg.br/blog-comex/146-loja-franca-free-shop.html>. Acesso em: 19 mar. 2023.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Regiões Ultraperiféricas: Relatório Técnico sobre Sustentabilidade Fronteiriça. Brasília, 2004.

MOURA, Ednilson Dutra de. Urbano fronteiriço: espacialidade e especificidades urbanas na fronteira franco-brasileira - Oiapoque-Amapá. *Revista Eletrônica Casa de Makunaima*, v. 1, n. 1, p. 1-15, jan./jun. 2018.

MOURA, Ednilson Dutra de. Do Oiapoque ao... vislumbrar da dinâmica territorial urbana na fronteira franco-brasileira. 2021. 304 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

MÜLLER, A. L. Turismo de Compras nas Fronteiras do Brasil: Estudos de Caso em Santana do Livramento e Rivera. Porto Alegre: Editora Pampa, 2017.

OIAPOQUE (AP) | **CIDADES E ESTADOS**. IBGE.gov.br. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ap/oiapoque.html>. Acesso em: 18 maio 2023.

PwC BRASIL. Estudos de Consumo Sustentável e a Relevância da Rastreabilidade. São Paulo, 2022.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. *Revista de Estudos Avançados*, v. 21, n. 62, 2000, p. 121-133.

RECEITA CONSOLIDA REGRAS PARA REGIME ESPECIAL EM LOJAS

FRANCAS, BENEFICIANDO MUNICÍPIOS DE FRONTEIRA. CNM.org.br. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/receita-consolidas-regras-para-regime-especial-em-lojas-francas-beneficiando-municipios-de-fronteira>. Acesso em: 19 mar. 2023.

RECEITA FEDERAL. **Portaria RFB nº 1.059, de 8 de agosto de 2019.** Dispõe sobre procedimentos para lojas francas. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal>. Acesso em: 18 fev. 2025.

SILVA NETO, Antonio Sabino da. Sorte, trabalho e poder: uma sociologia do garimpo na Fronteira Franco-Brasileira. Orientador: Leonardo Damasceno de Sá. 2023. 189 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2023.

SILVA, J. R.; OLIVEIRA, M. F.; PEREIRA, L. A. Bioeconomia e extrativismo sustentável na Amazônia: desafios e oportunidades. *Revista Brasileira de Economia Sustentável*, v. 12, n. 3, p. 45-63, 2017

SILVA, Gutemberg de Vilhena; GRANGE, Stéphane. Desafios à circulação na fronteira entre Brasil e Guiana Francesa (França). *Mercator*, Fortaleza, v. 18, e18018, 2019. ISSN 1984-2201

SIMÕES, Leila. Compras no Free Shopping – Dicas para consumir sem dor de cabeça! Transportal. Disponível em: <https://www.transportal.com.br/noticias/informacoes-uteis/free-shopping/>. Acesso em: 18 mar. 2023.

SUSAN, S. *States and Markets*. 2. ed. London: Pinter Publishers, 1994.

TOSTES, José Alberto; FERREIRA, José Francisco de Carvalho. O Amapá e a Guiana francesa sob a ótica do corredor transfronteiriço. *Confins* [Online], 31, 2017. Publicado online em: 10 jun. 2017.

VILHENA, F. L. Cooperativismo e Desenvolvimento Sustentável na Fronteira Norte do Brasil. *Revista de Geografia e Planejamento Regional*, v. 12, n. 3, 2019.